



Entrevista



Hermínio Santos
jornalista
hs@briefing.pt

Por vezes pretende-se resolver os problemas através da lei mas “não é assim que o País muda”, afirma Maria de Jesus Serra Lopes, sócia da Serra Lopes, Cortes Martins & Associados. A antiga Bastonária da Ordem dos Advogados defende que “as leis deveriam ser feitas com mais ponderação” e que, provavelmente, alguns problemas poder-se-iam resolver com uma interpretação adequada da lei

Maria de Jesus Serra Lopes, sócia da Serra Lopes, Cortes Martins

Mais ponderação a fazer leis



Ramon de Melo

Advocatus | Qual o diagnóstico que faz do atual estado da Justiça em Portugal?

Maria de Jesus Serra Lopes | Há algum tempo pediram-me umas respostas para o boletim da Ordem dos Advogados sobre o tempo em que eu tinha estado à frente da Ordem. Fui consultar o meu programa de candidatura

e fiquei algo surpreendida pois na primeira página tinha escrito seis vezes a palavra crise. Estávamos em 1989. Nós tendemos a focar-nos no dia e no momento em que estamos mas a verdade é que já há 20 anos se falava em crise. Lembro-me até de, numa das muitas conferências que se faziam no período de candida-

“Acho que, francamente, um acordo de regime não provocará grandes alterações. Só se resolve se as pessoas ganharem estatuto, grandeza, se forem maiores.”

tura, me terem perguntado o que é eu que iria fazer em relação à crise. Respondi que não estava ali para gerir a crise e a frase ficou. Era muito comum naquela altura falar-se em crise. Aliás, recordo-me até de um processo em que fui advogada que começou em 1972, em Sintra, e acabou mais de 20 anos depois, apesar de ter sido julgado no Saneador ...

Advocatus | E com este último exemplo quer dizer que...

MJSL | ...que os atrasos já ocorrem há muitos anos e que é um caso paradigmático onde os advogados nada tiveram a ver com a demora na resolução do processo. Os atrasos deveram-se à máquina da Justiça.

Advocatus | Atrasos esses que se mantêm ainda hoje, ou não?

MJSL | Às vezes mantêm-se. Se falar com advogados, alguns dirão que estão muito tempo à espera de uma decisão. Mas, de vez em quando também aparecem bons exemplos a seguir. Penso que se está a fazer um esforço.

Ultimamente, onde tenho mais esperanças, em termos de Justiça, é na Primeira Instância.

Advocatus | O Código Penal vai já na 29.ª alteração em 29 anos. Não é muita alteração?

MJSL | Evidentemente que é. As leis deveriam ser feitas com mais ponderação. Por vezes pretende-se resolver os problemas do País através da lei. Não é assim que o País muda.

Advocatus | Mas porque é que esse erro continua a ser cometido sempre que há uma alteração de Governo? Porque é que não há um acordo de regime?

MJSL | Acho que, francamente, um acordo de regime não provocará grandes alterações. Só se resolve se as pessoas ganharem estatuto, grandeza, se forem maiores.

O imediatismo é contraproducente, quando se trata da feitura das leis. Por vezes diz-se: há aqui um problema e vamos resolvê-lo com uma lei. Provavelmente resolver-se-ia com a interpretação adequada da lei. Provavelmente a mesma lei serviria. Nós aprendemos que a lei processual se aplicava a todos os processos em curso. Agora, altera-se o Código do Processo Civil, por exemplo, e nós temos processos em que temos de aplicar sucessivos Códigos de Pro-

“Acho que as pessoas têm sempre muitas ilusões sobre a Justiça. Não é mudando as leis que os hábitos se modificam. É preciso que a mudança esteja noutro lado. Claro que se uma lei obrigar a muitos procedimentos inúteis, isso deve ser alterado”

“Impor padrões de qualidade, éticos e profissionais, e exigir que sejam cumpridos, foi algo por que batalhei quando estive à frente da Ordem. Isso é também necessário no País. Não se pode contemporizar com tudo. E, sobretudo, não se pode contemporizar com o abaixamento dos padrões morais”

cesso Civil. Estar a trabalhar com vários processos em que vários Códigos se aplicam não é fácil.

Advocatus | Portanto defende uma menor produção legislativa e mais ponderação?

MJSL | Sim, uma maior ponderação a fazer leis e que se fizesse um esforço no sentido de pôr pessoas competentes a fazer as leis. É muito importante o papel das pessoas que se colocam nas comissões que fazem as leis.

Advocatus | Concorda com a revisão do mapa judiciário?

MJSL | Compreendo que há que fazer alguma coisa, mas ainda não aprofundei o assunto. Desejo que o que vier a ser feito seja bem ponderado, mas sou contra balcões a substituir tribunais.

Advocatus | Acha que as propostas da troika contribuirão para a melhoria da Justiça?

MJSL | Acho que as pessoas têm sempre muitas ilusões sobre a Justiça. Não é mudando as leis que os hábitos se modificam. É preciso que a mudança esteja noutro lado. Claro que se uma lei obrigar a muitos procedimentos inúteis, isso deve ser alterado. Por exemplo, a substituição que sugeria, no meu programa de candidatura, de que as morosas comunicações entre os Tribunais fossem substituídas por comunicações através de telefax, foi aceite e contribuiu para poupar tempo e burocracia.

Desburocratizar os procedimentos é importantíssimo mas isso não envolve mexidas nos grandes códigos. Envolve inteligência, desejo de o fazer efetivamente e compreensão das pessoas que fazem parte do sistema para ajudar a desbloquear. É muito vulgar que quem está atrás de um balcão queira ter poder e às vezes tenho a sensação de que as pessoas se sentem inferiorizadas se disserem sim em vez de não. Muitas vezes, o mais prático para todos é dizer sim mas as pessoas complicam, criam sistemas de proteção que não protegem nada.



“Nós tendemos a focar-nos no dia e no momento em que estamos mas a verdade é que já há 20 anos se falava em crise”



Entrevista

www.advocatus.pt



"Há processos que acabam por se perder nos tribunais porque já foram perdidos na opinião pública"

>>>

Advocatus | Existe hoje a ideia de que aumentar as custas judiciais diminuirá o recurso aos tribunais. É uma boa medida?

MJSL | Mais uma vez, trata-se de uma medida enviesada pois se houver razão para recorrer e uma via legal que o permita, então o recurso não é um expediente e deve existir, não devendo o seu direito ser cerceado pelo facto de a pessoa não ter posses para o suportar.

Não é assim que se resolvem os problemas jurídicos, nem é assim que se faz Justiça.

Advocatus | Também há a ideia de que há muitas pendências em tribunal. Concorda?

MJSL | Acho que há muitas pendências porque as pessoas também não estão habituadas a resolver as coisas de outra maneira. Vários assuntos e questões de pequena importância poderiam ser resolvidos de outra forma sem ter de ir para tribunal. Mas não há uma cultura de acordo.

Advocatus | Quando fala em outras formas de resolver um assunto sem ter de ir a tribunal está a pensar na arbitragem, por exemplo?

MJSL | A arbitragem é um exemplo, se essa for a vontade das partes.

Trata-se de uma forma de resolver conflitos mais depressa e com vantagens evidentes pois as pessoas pelo menos já acordaram em submeter o assunto a árbitros, na escolha do árbitro Presidente e, eventualmente, terão o assunto resolvido sem se arrastar - às vezes até nos jornais. Há processos que acabam por se perder nos tribunais porque já foram perdidos na opinião pública.

Claro que os processos que não chamam a atenção do público, não passam pelo mediatismo. Mas existem determinados processos que, efetivamente, se forem perdidos na opinião pública já é muito difícil vencê-los em tribunal.

"As sociedades de advogados são uma forma de vários advogados se juntarem não simplesmente para se somarem mas para construírem alguma coisa com um pensamento comum. Sou contra a ideia, que se comenta muito por aí, de que as sociedades escravizam os advogados"

Advocatus | Quando foi Bastonária instituiu o exame de agregação à Ordem dos Advogados. Porque é que sentiu essa necessidade? Na altura já entendia que o acesso à carreira tinha de ser diferente?

MJSL | Há uma coisa que sempre esteve presente na minha atuação: a Ordem não podia funcionar como um filtro corporativo nem como uma forma de cercear o acesso ao ensino superior. Mas tinha o dever de impor padrões de qualidade e de os testar. É que a Ordem tinha, e continua a ter, uma enorme responsabilidade, que é o poder de titular, de atribuir a alguém o título de advogado. A Ordem diz aos cidadãos que podem confiar naqueles que, como Advogados, inscreveu nos seus quadros. E as pessoas confiam aos advogados o que têm de mais precioso: a honra, a liberdade, os bens. Se um advogado não estiver bem preparado e o serviço que prestar for de má qualidade, não há como substituir a prestação feita. É por isso que o controle tem que ser exercido antes, na pessoa do prestador do serviço.

Advocatus | Foi para evitar essas situações que instituiu o exame de agregação?

MJSL | A Ordem é uma associação de direito público que tem poderes de soberania delegados pelo Estado, um deles é o tal poder de titulação. E esse poder tem de ser exercido com responsabilidade. É por isso que a Ordem tem obrigação de formar, de ensinar a deontologia e as matérias profissionalizantes necessárias para que alguém com o curso de Direito possa ser advogado. Depois, tem obrigação de testar se os conhecimentos ministrados foram bem apreendidos. Claro que quando comecei a falar em exame, vozes se levantaram. Como em situações semelhantes, pedi para ser recebida pela Comissão de Direitos, Liberdades e Garantias, da Assembleia da República, já que a criação do exame envolvia alte-

"O imediatismo é contraproducente, quando se trata da feitura das leis. Por vezes diz-se: há aqui um problema e vamos resolvê-lo com uma lei. Provavelmente resolver-se-ia com a interpretação adequada da lei. Provavelmente a mesma lei serviria"



“Vários assuntos e questões de pequena importância poderiam ser resolvidos de outra forma sem ter de ir para tribunal. Mas não há uma cultura de acordo”

ração do nosso Estatuto, matéria da competência da Assembleia. Fui acompanhada de alguns colegas, não só dos conselhos da Ordem mas colegas que afirmaram ter votado em listas contrárias mas estavam de acordo com as propostas que ia apresentar. Creio que a compreensão foi geral. A batalha foi pior cá fora, na rua. Lembro-me que uma vez um jornalista me perguntou qual o comentário que fazia ao facto de, em Coimbra, os estudantes estarem a pedir a cabeça da Bastonária da Ordem dos Advogados por causa desta questão. Respondi que não era Bastonária de estudantes...Um dia os estudantes de todo o país fizeram

“Desburocratizar os procedimentos é importantíssimo mas isso não envolve mexidas nos grandes códigos. Envolve inteligência, desejo de o fazer efectivamente e compreensão das pessoas que fazem parte do sistema para ajudar a desbloquear”

uma manifestação em Lisboa e vieram até ao Rossio (onde é a sede da Ordem). Aconselharam-me a sair mas eu fiquei e, com alguns colegas, recebemos uma delegação dos estudantes. Explicámos-lhes que os estávamos a defender e que queríamos que eles fossem bons profissionais. A Ordem não pretendia verificar se os cursos tinham sido bem tirados, essa era uma responsabilidade dos professores, mas sim ensinar matérias profissionalizantes e criar um exame de fim de estágio. A manifestação de que falei terminou com o acordo dos estudantes. Outra ideia que defendi mas não foi aceite pelo poder político foi a existência, no

Centro de Estudos Judiciários, de um período de formação comum para advogados e magistrados. Não podia aceitar que o Estado só sentisse obrigação de custear a formação de magistrados judiciais e do ministério público, deixando a formação dos advogados inteiramente a cargo da Ordem.

Advocatus | Que comentário é que lhe merecem alguns episódios recentes como o do copianço de candidatos a juizes e chumbos no exame para advogados?

MJSL | Julgo que já concluímos que se assiste uma redução de qualidade em termos gerais e



Entrevista

www.advocatus.pt



"Não acho que todos os advogados tenham de trabalhar em sociedades. Há advogados que têm vocação para trabalhar sozinhos e podem fazê-lo"

>>>

é preciso não deixar isto baixar mais...

Advocatus | Como é que se chegou a esta situação?

MJSL | Porque se facilita muito. Impor padrões de qualidade, éticos e profissionais, e exigir que sejam cumpridos, foi algo por que batalhei quando estive à frente da Ordem. Isso é também necessário no País. Não se pode contemporizar com tudo. E, sobretudo, não se pode contemporizar com o abaixamento dos padrões morais.

Advocatus | Em 1989, o que é que a motivou a candidatar-se a Bastonária da Ordem dos Advogados?

MJSL | Já há alguns anos que colegas sugeriam a minha candidatura. Recusei sempre. Um dia, depois de uma reunião do Conselho Superior, quando o assunto voltou a surgir, então de forma premente – estávamos num fim de semana de julho do ano em que teriam lugar as eleições – decidi inverter a questão e pedi que fosse cada um deles a pro-

"A ordem tinha, e continua a ter, uma enorme responsabilidade, que é o poder de titular, de atribuir a alguém o título de advogado. A Ordem diz aos cidadãos que podem confiar naqueles que, como Advogados, inscreveu nos seus quadros"

nunciar-se. Todos me incitaram a avançar. Prometi dar uma resposta na segunda-feira seguinte. É que tinha que falar com o meu marido e colega, sem o apoio de quem jamais me teria candidato. Aliás, devo-lhe inteiramente ter podido exercer o cargo em regime de dedicação exclusiva e de forma absolutamente gratuita. Com o seu acordo, a resposta foi sim. Nesse ano foram quatro os candidatos à Ordem: Vera Jardim, Medina Carreira, Alfredo Gaspar, que era na altura o presidente do Conselho Distrital de Lisboa, e eu.

Advocatus | Considera que a organização do exercício da advocacia em Portugal vai assentar cada vez mais nas sociedades de advogados?

MJSL | Não acho que todos os advogados tenham de trabalhar em sociedades.

Há advogados que têm vocação para trabalhar sozinhos e podem fazê-lo. As sociedades de advogados são uma forma de vários advogados se juntarem não simplesmente para se somarem mas

PERCURSO

De Bastonária a conselheira de Estado

"All great things are simple, and many can be expressed in single words: freedom, justice, honor, duty, mercy." Esta frase, de Winston Churchill, está escrita no site da sociedade Serra Lopes, Cortes Martins & Associados e resume, também, um dos pensamentos mais vinculados da antiga Bastonária: continuar simples. Esta "missão" e o gosto por manter as coisas simples não a impediram de construir uma sólida carreira de advogada e humanista, tendo sido a primeira mulher a exercer dois cargos de especial importância em Portugal: Bastonária da Ordem dos Advogados, que exerceu entre 1990 e 1992, e conselheira de Estado, por indicação do então Presidente da República, Jorge Sampaio, e que exerceu entre 1996 e 2005. No Conse-

lho de Estado acompanhou um dos períodos mais "quentes" da vida política portuguesa: todo o processo da saída de Durão Barroso do Governo para a Comissão Europeia que culminaria com a queda, por iniciativa de Jorge Sampaio, do governo da Santana Lopes, designado pelo PSD como substituto de Barroso. Fala com especial carinho do cargo que exerceu na European Commission For Democracy Through Law, do Conselho da Europa, entre 1995 a 2003, que contribuiu para a construção da democracia no Leste da Europa. Maria de Jesus Serra Lopes é licenciada pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, tendo concluído o curso em 1957. Inscreveu-se como advogada em 1959. Durante o período de estágio foi

convidada para o contencioso da Império, e considera que foi aí que fez verdadeiramente o seu estágio. Lecionou Direito das Obrigações, Introdução ao Estudo do Direito e Contratos, na Faculdade de Direito da Universidade Livre e o primeiro cargo que exerceu na Ordem dos Advogados foi com o então Bastonário, Coelho Ribeiro, que a convidou para o Conselho Geral. Ler é o seu principal hobby. Confessa-se eclética nas leituras mas tem um "fraquinho" por policiais, onde destaca alguns autores de estimação desde o sempre inesquecível Georges Simenon até Patricia Cornwell, passando por Donna Leon. Todos os livros desta última autora são passados em Veneza, uma cidade pela qual Maria de Jesus tem uma indelével paixão.



"Neste momento mantenho o apoio a Passos Coelho porque ele precisa de apoio, está numa situação muito difícil"

para construírem alguma coisa com um pensamento comum. Sou contra a ideia, que se comenta muito por aí, de que as sociedades escravizam os advogados.

Um advogado é um profissional liberal numa sociedade de advogados ou fora dela. Por exemplo, eu fui advogada da Companhia de Seguros Império durante vários anos e enquanto lá estive sempre fui profissional liberal e podia receber ordens sobre aquilo que fazia mas não sobre a forma como o fazia – isso era a diferença entre um contrato de trabalho e um contrato de prestação de serviços.

Advocatus | Como é que vê o futuro da sociedade de que é sócia?

MJSL | Acho que estamos bem. Vamos caminhando calmamente, apostados em prestar o melhor serviço às pessoas e à Justiça. Continua a ser uma sociedade

"Um advogado é um profissional liberal numa sociedade de advogados ou fora dela. Por exemplo, eu fui advogada da Companhia de Seguros Império durante vários anos e enquanto lá estive sempre fui profissional liberal"

com poucos advogados pois o importante não é a quantidade mas a qualidade. É mais importante a deontologia, a competência e o estudo. Estamos sempre a planear o futuro mas um futuro, como agora se diz, sustentável.

Advocatus | Na última campanha eleitoral participou numa ação ao lado de Passos Coelho. Mantém o seu apoio ao agora primeiro-ministro?

MJSL | Apoiei Passos Coelho porque naquela altura era a pessoa que me parecia ser a melhor alternativa – não tenho partido e recordo que também fui mandatária de Jorge Sampaio à Presidência da República porque na altura também me pareceu ser a melhor alternativa para o cargo. Apoio as pessoas mas quando não estou de acordo também o digo. Neste momento mantenho o apoio a Passos Coelho porque ele precisa de apoio, está numa situação muito difícil.

Advocatus | Foi a primeira mulher no Conselho de Estado, onde esteve durante 10 anos. O que guarda dessa experiência?

MJSL | Uma boa experiência. Foi um cargo que gostei de desempenhar pois havia uma prática sadia de todos os conselheiros se manifestarem e era reduzido a escrito tudo o que se dizia. Depois porque fomos ouvidos sobre problemas importantes para o País, por imposição da própria lei ou porque o Presidente quis ouvir-nos. Foram etapas do País que gostei de acompanhar.



Maria de Jesus Serra Lopes,
sócia da Serra Lopes,
Cortes Martins

O País não muda só com leis

Pág. 32